

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República**

De acordo com informações chegadas ao Grupo Parlamentar do PCP, um doente com diabetes tipo 2 contraiu retinopatia diabética, tendo recorrido ao Hospital de Faro, onde, após vários exames e tratamentos laser, foi informado que o único tratamento possível, no seu caso, consistia na administração de injeções intravítreas de uma determinada substância (três injeções em cada olho).

Apenas lhe foi administrada a primeira injeção. Há dias, o doente recebeu um telefonema do Hospital de Faro informando que não lhe seriam administradas, por enquanto, as restantes cinco injeções, visto que o Hospital de Faro não disponha de verbas para adquirir o fármaco.

O referido cidadão, que tem vindo a perder a visão rapidamente (atualmente reduzida para apenas 16%), não dispõe de meios financeiros para recorrer a hospitais privados, pelo que depende inteiramente da prestação de cuidados no Hospital de Faro para combater a sua doença e impedir a perda total de visão.

Este caso constitui um exemplo paradigmático, inaceitável, das graves consequências para os utentes do Serviço Nacional de Saúde, principalmente daqueles mais carenciados economicamente, da política de saúde levada a cabo pelo Governo. Uma política de saúde que não tem como preocupação central dar resposta às necessidades de cuidados de saúde da população, que corta cegamente o financiamento dos serviços de saúde, tratando as pessoas de forma desumana, como de meras estatísticas se tratassem.

Pelo exposto e com base nos termos regimentais aplicáveis, vimos por este meio perguntar ao Governo, através do Ministério da Saúde, o seguinte:

1. Confirma o Governo que o Hospital de Faro, por falta de verbas, não está a administrar a doentes com retinopatia diabética os necessários tratamentos oftalmológicos?
2. Considera o Governo aceitável que um utente do Serviço Nacional de Saúde corra o risco de ficar cego, apenas porque o hospital onde está a receber tratamento não dispõe de verbas

- suficientes para adquirir os fármacos necessários para esse tratamento?
3. Que medidas, urgentes, irá o Governo adotar para garantir que os doentes oftalmológicos do Hospital de Faro recebem os necessários tratamentos médicos?

Palácio de São Bento, terça-feira, 20 de Março de 2012

Deputado(a)s

PAULO SÁ(PCP)

BERNARDINO SOARES(PCP)

PAULA SANTOS(PCP)